

Enredos, memórias e trajetórias nos estudos rurais: Entrevista com Marilda Aparecida de Menezes

Plots, memories and trajectories in rural studies: Interview with Marilda Aparecida de Menezes

Bruno César Pereira*

<https://orcid.org/0000-0002-7975-6024>

Marilda Aparecida de Menezes**

<https://orcid.org/0000-0001-5815-975X>

Tendo em vista a proposta deste dossiê, que integra o vol. 30 (2025) da *Revista de História Regional*, que possui como objetivo refletir sobre as múltiplas dimensões do chamado “mundo rural” em suas expressões históricas e sociais, a partir de enfoques teóricos e metodológicos diversos, apresentamos aos leitores um instigante diálogo realizado no final de 2024 através de uma videoconferência, com Marilda Aparecida de Menezes. Reconhecida como uma das principais referências nos estudos sobre o rural brasileiro, sua trajetória está profundamente marcada pela investigação das relações entre campesinato, família, trabalho e migrações – temas que, mais do que objetos acadêmicos, compõem o cerne de seu compromisso intelectual e político.

A formação de Marilda Menezes não se desvincula de sua vivência pessoal. Nascida em 1956 na região do ABC Paulista – núcleo urbano-industrial conhecido por sua intensa concentração fabril e relevância nos movimentos sindicais das décadas de 1970 e 1980 –, ela cresceu em um ambiente de transformações sociais marcantes, especialmente em virtude da chegada de migrantes nordestinos. Filha de um sapateiro sergipano, que havia migrado em busca de oportunidades, e de uma mãe paulista, Marilda foi forjada no cruzamento entre mundos distintos: o operário urbano e o rural nordestino, cuja presença era constante em seu entorno.

Ainda adolescente, ingressou no mercado de trabalho formal, conciliando estudo e emprego em um contexto de forte repressão política. Na década

* Doutorando em Sociologia pela Universidade Federal de São Carlos - UFSCar, com bolsa de pesquisa financiada pela Fundação Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - CAPES. E-mail: pereirabcesar96@gmail.com

** PhD pela University of Manchester. Professora Colaboradora dos Programa de Pós-Graduação em Ciências Humanas e Sociais da Universidade Federal do ABC e do Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da Universidade Estadual de Campinas. E-mail: menezesmarilda@gmail.com

de 1970, iniciou a graduação em Ciências Sociais na Faculdade de Filosofia e Letras da Fundação Santo André, já demonstrando interesse por temas ligados à desigualdade social. Sua primeira experiência de pesquisa se deu em um projeto de alfabetização de adultos em uma comunidade periférica do município de Santo André, majoritariamente composta por migrantes do sertão paraibano. A partir daí, seu interesse por compreender os sentidos da migração se aprofundou.

Esse percurso culminaria no mestrado em Sociologia Rural pela Universidade Federal da Paraíba, onde retomou o contato com algumas das famílias que havia conhecido em São Paulo. Com sensibilidade analítica e ética, construiu uma pesquisa que iluminou os vínculos entre deslocamentos espaciais, relações familiares e reprodução da força de trabalho, sempre buscando dar centralidade à perspectiva dos sujeitos envolvidos. Sua postura investigativa, afinada com as correntes interpretativistas, rejeita os dualismos simplificadores e aposta em uma leitura dialética da ação social.¹

Além da sólida trajetória acadêmica, Marilda teve importante atuação em espaços voltados à defesa dos direitos dos migrantes. Atuou no Centro de Estudos Migratórios e participou da criação do Serviço Pastoral dos Migrantes, vinculado à Conferência Nacional dos Bispos do Brasil, onde exerceu funções de liderança e organização editorial. Essas experiências contribuíram para a construção de sua pesquisa de doutorado, realizada na Universidade de Manchester, na qual examinou, com base empírica e teórica rigorosa, as formas de resistência cotidiana dos trabalhadores rurais temporários envolvidos no corte de cana-de-açúcar na Zona da Mata nordestina².

Sua tese, posteriormente adaptada e publicada³, tornou-se referência ao analisar criticamente as condições de vida e trabalho desses sujeitos, contrapondo-se à literatura que os apresentava como meramente passivos diante da exploração. Ao mobilizar a noção de resistência cotidiana, propôs novas formas de compreender a agência camponesa em contextos adversos.

Professora aposentada da Universidade Federal de Campina Grande, Marilda Menezes permanece ativa na docência e na pesquisa, com atuação

¹ MENEZES, Marilda Aparecida de. *Da Paraíba pra São Paulo e de São Paulo pra Paraíba: migração, família e reprodução da força de trabalho*. Dissertação (Mestrado em Sociologia Rural), João Pessoa: Universidade Federal da Paraíba - UFPB, 1985.

² MENEZES, Marilda Aparecida de. *Peasant-migrant workers: social networks and practices of resistance*. Tese (Ph D. em Ciências Sociais). Manchester: University of Manchester, 1997.

³ MENEZES, Marilda Aparecida de. *Redes e Enredos nas Trilhas dos Migrantes: um estudo de famílias de camponeses-migrantes*. Rio de Janeiro: Relume Dumará/João Pessoa: Ed. UFPB, 2002.

nos programas de pós-graduação da Universidade Federal do ABC e da Universidade Estadual de Campinas. Sua trajetória expressa, de modo exemplar, o entrelaçamento entre vivência, reflexão crítica e compromisso com os sujeitos historicamente silenciados.

A entrevista que aqui apresentamos preserva o ritmo espontâneo da conversa e oferece ao leitor um itinerário intelectual atravessado pela memória, pela crítica e pela escuta comprometida dos sujeitos do rural brasileiro. Diferente do habitual em sua trajetória, onde é Menezes aquela que geralmente está sob posse do gravador e realizando as perguntas, nesta entrevista que aqui publicamos, é ela a protagonista. O relato ora apresentado aqui não se difere das ricas entrevistas coletadas pela cientista social ao longo dessas mais de quatro décadas de pesquisa com camponeses-migrantes, assentados, mulheres e homens nordestinos de diferentes idades e gerações. Sua entrevista nos convida a mergulhar na sua trajetória intelectual, e somos envolvidos na compreensão das marcas de sua sensibilidade e vislumbramos, além de sua delicadeza e olhar sensível em suas análises, seu compromisso ético e político.

A entrevista aqui transcrita, ocorrida na tarde de 13 de novembro de 2024, ocorreu de modo *on-line*, através da Plataforma *Google Meet*. Marilda em João Pessoa, Paraíba e eu em Cândido de Abreu, Paraná. Entre os cantos das cigarras na jabuticabeira ao lado de minha janela, que por momentos quase tornaram esta entrevista inaudível. Em um primeiro momento, nossa entrevista se circunscreve e se delimita em compreendermos um pouco melhor sua trajetória acadêmica, sua dedicação aos estudos migratórios e como se deu sua entrada neste campo em um momento, década de 1980, em que a ênfase nas macroestruturas dava o tom aos estudos migratórios.

Seu relato nos permite compreender uma série de tensões, por um lado as marcas do marxismo e do referencial da perspectiva macroestrutural sobre as migrações, deixadas em seus primeiros trabalhos de fôlego, como sua dissertação, derivados de sua formação e leituras realizadas em meio a década de 1980. Por outro, de modo muito acanhado, seus primeiros passos rumo a análises que detinham-se também as subjetividades, as percepções, as muitas outras dimensões do social e cultural que compõem as trajetórias dos indivíduos.

Na sequência, tendo como mote a proposta deste dossiê, questionamos Menezes sobre sua trajetória de pesquisa e debates sobre o “mundo rural” e como foi vivenciar, analisar e debater suas transformações e relações em seus estudos sobre as migrações. Neste momento, a pesquisadora historiciza sua

rica produção acadêmica, conferindo-lhe sentido histórico e sociológico, nos apresentando desde os temas centrais debatidos por ela e outros colegas, as redes que esteve e está inserida e esmiúça sua agenda de pesquisa em mais de quatro décadas.

Ainda se detendo sobre o tema do rural, Menezes, nos conta sobre o como mobilizou o referencial teórico do antropólogo e cientista político James C. Scott, especialmente, sua noção de *resistência cotidiana*, para pensar as estratégias desenvolvidas por trabalhadores rurais migrantes seja nos espaços produtivos como reprodutivos. A pesquisadora, levando em consideração os estudos do autor supracitado, emprega sua noção não propriamente como uma teoria geral da resistência, mas uma interpretação das formas de resistência, ou seja, a noção só pode ser teorizada em sua especificidade, na observação do que se passa no cotidiano, nos aspectos mais ínfimos das relações sociais.

Por fim, Menezes encerra esta entrevista abordando um pouco de seus estudos recentes e dos projetos futuros. A pesquisadora segue se dedicando aos estudos da migração, seus projetos/pesquisas, além de se debruçar sobre o tema da memória e de (per)seguir trajetórias, têm revisitado espaços e reencontrando sujeitos.

Agradecemos à Marilda Menezes por dividir e nos inspirar com sua trajetória.

*

Entrevista

Bruno César Pereira (BCP): Boa tarde, Profa. Menezes. Primeiramente agradeço o aceite do convite. É sempre um prazer e um aprendizado escutá-la.

Marilda Aparecida de Menezes (MAM): Boa tarde, Bruno. Eu agradeço o convite.

BCP: Profa. Menezes, sua trajetória acadêmica é marcada pela dedicação aos estudos migratórios. Profa. Moraes Silva⁴, colega e amiga da senhora, utilizando-se de uma frase da Professora Heleieth Saffioti, que dizia: “não é a gente que escolhe o objeto, mas o objeto que nos escolhe”, acredita que a uma junção destas duas coisas, ou seja, objeto nos escolhe como nós escolhemos o objeto⁵. No caso da senhora, como se deu sua entrada neste campo de estudos, a escolha pelo tema das migrações?

⁴ Maria Aparecida de Moraes Silva, socióloga, docente Permanente do Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Universidade Federal de São Carlos.

⁵ Ver: PEREIRA, Bruno César. Na contramão do memoricídio: ‘Vozes e Memórias’ de vidas talhadas com

MAM: Então, acho um mote excelente, porque, na verdade, eu tenho falado sobre isso algumas vezes, eu sou filha de sergipano, meu pai saiu de Sergipe na década de 1950, bem no iníciozinho de 1950. Com a família ele foi para o Sul da Bahia, para Itabuna, e por lá ficaram duas irmãs, que se casaram em Itabuna mesmo. Eu não sei dizer por quanto tempo ele e os pais ficaram por lá. Depois ele sozinho, ainda em 1950, resolve ir para o Rio de Janeiro e posteriormente a mãe, o pai e os irmãos menores, que eram um rapaz e uma moça, migram para São Paulo. Eles se reencontram, meu pai no Rio. A história que ele conta, nós nunca conseguimos de fato confirmar se era verdade ou imaginação, ou ele construiu isso, que ele encontrou a família pelo rádio, pelas notícias do rádio, estava meio perdido da família. Minha mãe é do interior de São Paulo. Bom, sendo filha de sergipano, eu cresci em um bairro eminentemente nordestino, na região do ABC paulista⁶, em São Caetano do Sul. Nesse bairro minha convivência durante toda a infância, colégios que estudei, eram muito marcados por pessoas que tinham vindo do Nordeste. Muito posteriormente eu vim a entender, quando eu começo a me dedicar sobre as migrações. Na verdade, eu não sei muito bem o que marcou mais meu envolvimento com o tema das migrações, se foi a própria convivência no ambiente de migrantes nordestinos, ou se a minha origem familiar, acredito que o que me marcou decisivamente, foi uma experiência que nós fizemos, final dos anos 1970, logo que terminei a graduação, com o método de alfabetização de adultos, o método Paulo Freire. O grupo de amigos que estávamos envolvidos no contexto daquela movimentação toda do final dos anos de 1970 no ABC, de reorganização do movimento sindical, reorganização dos movimentos de moradores, as chamadas Sociedade de Amigos de Bairros, os Clubes de Mães, enfim, e já o iníciozinho da formação do Partido dos Trabalhadores, que vem a se concretizar em 1980-1981. Eu participei dessa experiência de alfabetização de adultos em 1979, eu já tinha terminado a graduação, terminei em 1978, esse grupo que nós alfabetizamos, melhor, nos termos freireanos, o grupo que nós realizamos a experiência de alfabetização morava na beira de um riacho, em uma situação de extrema vulnerabilidade. Eram pessoas, migrantes, que procediam basicamente de três municípios do Alto Sertão Paraibano. Eu fui muito envolvida por elas, a montagem do curso foi precedida de um diálogo muito intenso com as pessoas, para conhecer o universo vocabular, as condições de vida, no que

as mãos: entrevista com Maria Aparecida de Moraes Silva. *Estudos Sociedade e Agricultura*, Rio de Janeiro, v. 32 n. 1, 2024.

⁶ Região metropolitana do Estado de São Paulo, Brasil, conhecida como ABC Paulista, por agrupar três grandes municípios, são eles: Santo André, São Bernardo e São Caetano do Sul.

elas trabalhavam. Então, não é que a gente chegava lá com um pacote para implantar o curso, na verdade era baseado e inspirado pela proposta do Paulo Freire, tratava-se de uma experiência de alfabetização que se articulava ao convívio, à escuta, à compartilhar a vida naquela comunidade. Logo em seguida eu tive a oportunidade de vir para a Paraíba, aí o que me motivava mesmo era estudar a migração Nordeste - São Paulo, vinculada a esse interesse de compreender minha própria história, que foi reavivado e intensificado pelo convívio com esse grupo de migrantes. Por coincidência da vida, por esses acasos da vida, meu companheiro, meu namorado na época veio trabalhar em Campina Grande, veio dar aula, e eu logo depois da experiência do curso de alfabetização, também decidi vir para Paraíba. Prestei a seleção do mestrado e o que mais me movia na época era fazer uma pesquisa a partir desse grupo.

Então, esse mote da Heleieth é muito correto e, também, me parece que está muito próximo da perspectiva do Wright Mills, quando ele fala da indissociabilidade da vida e obra, vida e trabalho, vida e objeto de pesquisa, naquele texto maravilhoso que está no apêndice da *Imaginação Sociológica*, “Do artesanato intelectual”⁷. Wright Mills coloca ali que no caso das nossas ciências, as Ciências Sociais, que os objetos nos escolhem, ou seja, nós somos atravessados por esses temas que nós escolhemos. Nos nossos temas e objetos de pesquisa, estamos sempre tentando compreender a nós mesmos. Me estranha um pouco, quando, por exemplo, a gente vê pesquisadoras e pesquisadores definindo objetos de pesquisa que se integram a projetos próprios que não tenham relações com suas trajetórias de vida, seus pertencimentos de família, político ou outros. Fico me perguntando, como ela constroi sentidos em fazer pesquisa em temas que não estão atravessando a sua própria história de vida? Eu fico as vezes me perguntando ‘meu deus, eu nunca deixo esse tema’, eu saio desse tema e volto, saio e volto, parece que sempre tem coisa para descobrir, coisas para pesquisar. Por exemplo, eu desde que entrei na UFABC, migração interna, há poucos alunos e colegas que se dedicam a esse tema, é mais sobre migração internacional e o tema do refúgio, refugiados, mas não deixa de ser grupos sociais que tem muita proximidade com os internos que nós estudamos no Brasil. Então eu até mesmo me surpreendo... digo, algum dia eu vou alterar meu tema de pesquisa [risos], mas não tem muito jeito, eu vou e volto sempre [risos]. É uma coisa assim que não consigo me distanciar, então eu acho que é uma coisa que, de fato, está inserida fortemente dentro de mim. Tanto a Heleieth na sua ideia, quanto o Wright Mills, pra mim, são assertivos, o tema

⁷ MILLS, Wright. “Do artesanato intelectual”. In: MILLS, Wright. *Imaginação Sociológica*. Trad. Waltensir Dutra. Rio de Janeiro: Zahar Editores. p. 211-244.

das migrações, especialmente nordestinas, me escolheu e tem marcado toda minha trajetória de pesquisa.

BCP: Partindo desta afirmação, que destaca que as migrações se constituíram como grande tema de sua agenda de pesquisa, é interessante pontuar que em seus trabalhos, sem desprezar a importância dos dados estatísticos e dos contextos migratórios estruturais, possui um olhar sensível às trajetórias e às subjetividades. Neste sentido, gostaria de que a senhora me falasse um pouco de como foi adentrar ao campo de estudos sobre as migrações em um momento, década de 1980, em que a ênfase nas macroestruturas dava o tom aos estudos migratórios?

MAM: É uma pergunta muito boa. A perspectiva macroestrutural era a que dominava na época, na década de 1980. Inclusive a minha formação no mestrado em Sociologia Rural era fortemente marcada pelas perspectivas macroestruturais e pelo marxismo. Marxismos não em uma visão thompsoniana que eu venho a incorporar na década de 1990. Por um lado, foi excelente na minha formação, porque nesse período nós fazíamos o mestrado em três anos, então nós tínhamos, praticamente, um ano e meio de disciplinas e era muito bom porque foi uma formação que ficou para a vida toda e foi extremamente importante para mim. Por exemplo, no mestrado nós tínhamos disciplinas que liam o *Capital* inteiro, todos os tomos, todos os volumes. Havia também leituras dos marxistas, como Kautsky, Lenin, Stalin, alguns ensinavam sobre Gramsci, o que já era uma renovação em termos do marxismo mais ortodoxo. Além disso, esse período foi muito marcado por uma discussão em termos da Sociologia Rural, dos Estudos Agrários, pela perspectiva marxista também macroestrutural.

O que eu sinto que foi decisivo para não ficar só numa perspectiva macroestrutural, embora isso esteja muito fortemente presente na minha dissertação⁸, foi a pesquisa etnográfica e as entrevistas realizadas com agricultores e agricultoras tanto no Sertão da Paraíba quanto no ABC Paulista. Hoje eu fui até rever algumas partes da dissertação, fazia muito tempo que eu não lia, quarenta anos atrás, defendi em 1985, quase quarenta anos [risos], separei alguns trechinhos em que eu mesmo me dei conta da influência macroestrutural. Claro que eu tinha muita consciência disso, nosso referencial teórico e metodológico está marcado pelo tempo que estamos escrevendo, ao rever algumas

⁸ MENEZES, Marilda Aparecida de. *Da Paraíba pra São Paulo e de São Paulo pra Paraíba: migração, família e reprodução da força de trabalho*. Dissertação (Mestrado em Sociologia Rural), João Pessoa: Universidade Federal da Paraíba - UFPB, 1985.

ideias eu vi o quanto a perspectiva macroestrutural estava presente, mas ao mesmo tempo eu fui identificando na própria introdução da dissertação como havia uma tensão, que era dada pela força e riqueza do que as pessoas estavam me contando, tanto nas entrevistas como nas conversas informais, então por exemplo, eu queria rever aqui um pedacinho da introdução onde a marca macroestrutural estava muito forte, diz o seguinte: ‘a migração não é um fenômeno determinado por motivos e vontades individuais, mas é um processo social determinado pelas condições concretas de vida e trabalho na origem e no destino’, essa pequena frase vai me mostrando como eu estava reafirmando a perspectiva macroestrutural, com muito medo de dizer que os motivos individuais contavam. Outra ideia que aparecia muito forte era ‘desenvolvimento do capitalismo’, como a formulação: ‘as condições concretas de vida e trabalho eram determinadas pelo desenvolvimento do capitalismo’. Eu não diria isso hoje, porque desenvolvimento do capitalismo é uma visão generalizada, abstrata, o que que é o desenvolvimento do capitalismo? Hoje eu diria concretamente como ele ocorre, o que está acontecendo ali localmente, etc., etc.. Enfim, eu estava carregando em meu texto as marcas e influências da formação que havia obtido nas disciplinas, nas leituras do que era corrente naquele momento. Mas, veja como os relatos das famílias tinham a sua importância, eu escrevi: ‘Os relatos das famílias são uma representação fragmentada e imparcial da realidade’, eu mesma me assusto com isso, eu penso: ‘meu deus do céu, os referenciais estruturais me impossibilitavam de compreender a validade dos relatos em si’. Mas, estava atenta e sensível à importância dos relatos das pessoas na construção analítica. Assim, no texto da dissertação, após aquela afirmação, vem: ‘os relatos ao serem apresentados de forma articulada com o referencial teórico e histórico das regiões de estudo, passaram a constituir uma forma de expressão do processo social em questão, nessa articulação fui percebendo como os aspectos ideológicos tais como a visão, as expectativas, os sonhos dos trabalhadores se mesclam aos aspectos econômicos e sociais, de forma que é uma combinação que permite entender a submissão dos trabalhadores a determinações do capital’. Veja como há uma tensão aí, de um lado, eu estava atenta, tinha um sensibilidade para as percepções das pessoas, como elas elaboravam suas condições de vida e trabalho, e do outro, era a ideia da *determinação do capital* falando muito alto. Eu nunca publiquei a dissertação, várias vezes voltei, pensei: público ou não público? [risos] É muito difícil, publicar do jeito que está, porque eu já modifiquei tanto minha perspectiva teórico-metodológica, pensei em até algum momento fazer notas de rodapé ou eu mesmo fazer um trabalho de

análise do meu próprio texto, mostrando as ambivalências, os referenciais que estavam tensionados, mas, enfim, o que eu gostaria de pontuar é assim: tinha essa predominância do referencial macroestrutural.

Mas o que me salvou naquele momento, na década de 1980, foi que eu fiz uma pesquisa muito cuidadosa, com muito tempo de campo. Não tinha metodologia da história oral articulada como nós temos hoje em termos de fóruns e debates, nem se usava esse termo ‘metodologia da história oral’, mas, revendo a forma como eu fiz a pesquisa, eu já tinha uma inclinação, uma sensibilidade para o campo e isso me ajudou muito. Eu fiz um campo muito demorado, com muitas idas, eu não saberia dizer agora quantas idas ao Sertão da Paraíba e ao ABC paulista. Foram 65 horas de gravação, eu mesmo transcrevendo as entrevistas, então não tinha como não ser tocada, sensibilizada por essas narrativas, elas é que me permitiram me afastar e de certo modo problematizar um pouco a perspectiva macroestrutural.

Embora no período de 1980 a 1985, quando fiz a pesquisa, ainda não tínhamos um referencial da história oral, que fizesse uma reflexão epistemológica dos significados das narrativas, do próprio processo da entrevista, da interação social entre a pesquisadora ou o pesquisador e as (os) interlocutores. Penso que a sensibilidade e escuta atenta orientava as interações com as mulheres e os homens. Desde essa pesquisa da década de 1980, eu me apaixonei por trabalho de campo e entrevistas com mulheres e homens, agricultores e trabalhadores. Eu já falei sobre isso na Introdução de um Livro⁹. Também, é importante pontuar que se trata de uma pesquisa com trabalhadores do campo, em um período, década de 1980, havia uma extrema abertura para quem vem de fora, de quem vem da universidade, então eu encontrei um terreno de muito acolhimento e de generosidade das pessoas.

Agora falando com você eu diria que não foi só a forma de fazer a pesquisa, a metodologia da pesquisa, mas também contou muito o próprio encontro, encontro com as pessoas, essa interação, essa confiança, esse diálogo. Claro, havia diferenças de classe social, outras de gênero, muitos eram homens, mas mesmo assim houve uma interação que favoreceu muito ouvir e buscar compreender as suas percepções, os seus modos de pensar. Hoje nós diríamos, subjetividades, mas naquela época usávamos mais as noções de percepções, representações. Então, eu diria que foi essa metodologia de pesquisa longa,

⁹ Menezes, Marilda Aparecida de & Santos Junior, Jaime. *Tecendo vidas e sonhos. História oral de agricultores (as) do Sertão Paraibano e Trabalhadores (as) do ABC Paulista*. São Paulo: Paco Editorial, Campinas Grande: Ed.UEPB, 2023.

cuidadosa, de muitas idas e vindas, dessa construção vagarosa do encontro com os homens e as mulheres, dessa interação tecida no afeto, na confiança e no respeito que me possibilitou problematizar a influência macroestrutural e visualizar, perceber, onde entram os indivíduos, as formas como os homens e mulheres, em termos thompsonianos, lidam com essas condições objetivas-estruturais. Mas, essa perspectiva é uma elaboração posterior, porque na década de 1980, eu não tinha acesso ainda a perspectivas, como a de Thompson. Os referenciais dessa época eram muito focados, como falei, na perspectiva do movimento do capitalismo no campo e eu, também, tive uma influência da antropologia econômica, particularmente do Claude Meillassoux de um livro que chama *Mulheres, graneros a capitales*¹⁰, não sei se está traduzido em português, estava em espanhol na época, e é um livro em que ele trabalha com as condições de reprodução de força de trabalho em sociedades domésticas. A partir desse livro, se desenvolve uma perspectiva de que a migração pode ser explicada como um deslocamento de áreas onde se dá a produção de força de trabalho para o capitalismo, então são áreas que praticamente são compreendidas como reprodutoras de força de trabalho. Esse é um outro termo que aparece com muita frequência no meu trabalho na década de 1980 e que eu venho a questionar posteriormente, porque é complicado tratar os territórios migratórios como reprodutores de força de trabalho, mesmo porque as pessoas não são só força de trabalho, elas tem uma historicidade que é muito mais ampla e diversa do que ser mera força de trabalho. Eu não quero levar adiante muito essa discussão, o que quero dizer é que podemos usar a noção de força de trabalho para falar sobre a venda de força de trabalho, mas as pessoas não são apenas isso, a sua vida, o seu modo de pensar, suas práticas religiosas, formas de socialização e educação, de organizar em família, não se reduz à noção de força de trabalho. Existem muitas outras dimensões sociais e culturais que compõem também os indivíduos, as mulheres e os homens.

Eu acho que é um pouco por aí, como essas perspectivas das subjetividades, das percepções, estão presentes no meu trabalho desde o início, embora [risos] sempre na tensão, muito acanhadas, dado a força da perspectiva macroestrutural.

Outra coisa que eu gostaria de comentar, pensando na sua pergunta que pontua minha abordagem sobre as trajetórias, nós tivemos uma mesa no *Encontro Nacional da Associação Brasileira dos Estudos de Trabalho*, aqui em João Pessoa, e

¹⁰ Meillassoux, Claude. *Mujeres, graneros y capitales*. Trad. Ricardo Pozas Horcasitas & Oscar del Barco. Madri: Siglo XXI de España Editores, 1999.

a proposta da mesa era pensar a noção de trajetória em nossas pesquisas, eu fiz um relato justamente mostrando que eu não usava a noção de trajetória na década de 1980, ela nem circulava praticamente como uma noção no nosso meio acadêmico. Mas, a forma como eu fazia pesquisa, perseguindo as várias migrações, as idas e vindas e estudando a vida das pessoas ao longo de suas trajetórias de trabalho, tantos os itinerários migratórios, quanto as várias inserções no trabalho, seja no campo como na cidade, era, de algum modo, o estudo de trajetórias. Só que nós não utilizamos essa noção, era mais um prática de pesquisa que compreendia que as conexões de origem e destino são inseparáveis. Uma coisa que observei que não há linearidade, por exemplo, em termo de trajetória laboral, na década de 1980, a pessoa era morador ou rendeiro, se tornava ajudante na construção civil, ia para a indústria, era mandado embora, ficava desempregado, comprava uma bar, voltava para indústria, saía novamente e voltava para o campo, ou seja, não há uma linearidade, a vida das pessoas não é um sequência linear que você vai de uma etapa a outra sem retorno, pelo contrário, há deslocamentos nessas trajetórias. Eu estava mobilizando a noção de trajetória, nos termos de Pierre Bourdieu, mas de algum modo, estudei itinerários migratórios e trajetórias laborais. Isso foi uma ideia que foi se construindo na própria pesquisa. Eu estou querendo atualmente pensar mais sobre a noção de trajetória e as aplicações nas pesquisas.

BCP: Tendo em vista o tema central deste dossiê, “*Mundo rural, vidas diversas*”, e, em diálogo com sua trajetória intelectual no campo da Sociologia, gostaria que a senhora se detivesse um pouco sobre sua trajetória de pesquisa e debates sobre o mundo rural, em especial com os trabalhadores rurais.

MAM: Uma questão que perpassa toda a minha trajetória de pesquisa e como eu sempre me dediquei a estudos sobre agricultores, camponeses que migram, seja para a cidade como para safras agrícolas, é a de que ao estudar essa categoria de trabalhadores, nós estamos também dialogando com os grandes debates que houveram e ainda estão ocorrendo sobre a questão agrária no Brasil e sobre os destinos do campesinato, embora eu não tenha feito um debate teórico sobre a proletarianização e campesinização na década de 1980 eu fiz esse debate mais na década de 1990. Na tese de doutorado, a minha pesquisa mostrou que não há um caminho linear do camponês ao proletário. Havia ideia muito forte nos estudos migratórios da década de 1970, que era do êxodo rural, ou seja um movimento de saída definitiva do campo para a cidade, um ou seja um esvaziamento do campo e um crescimento da cidade, isso é um processo irreversível. As pesquisas que venho desenvolvendo com

a metodologia de acompanhar as trajetórias de mulheres e homens e também multissituada, em vários territórios, tem nos mostrado que esse processo é muito mais complexo. Assim, tenho problematizado essa ideia da transição do campesinato para o proletário como um processo linear. Mesmo que não entro no debate propriamente com os teóricos que estão discutindo essa questão, sejam os internacionais como o próprio Marx, Kautsky, Lenin e outros também mais contemporâneos como Shanin, Ianni, Caio Prado Jr., minhas pesquisas, de certo modo, problematizam visões que defendem essa transição linear, irreversível e definitiva. É claro que, sem dúvidas, dentro desse grupo de trabalhadores existe uma parcela que se torna assalariados completo, mas, ainda assim, em algum momento da vida eles podem voltar ao campo e se dedicar a um roçado, uma horta, algo de subsistência, como eu encontrei vários casos de trabalhadores de metalúrgicas do ABC paulista que depois da aposentadoria retornaram para se dedicar ao seu sítio aqui no Sertão da Paraíba. Isso nós podemos verificar acompanhando as trajetórias em um largo tempo, não em um recorte temporal.

Então essa é uma primeira tese que nós compartilhamos, não só eu, eu estou muito próxima a visão de pesquisadores que se dedicaram pesquisas ao Nordeste como Afrânio Garcia Jr., Klaas Woortmann, Ellen Woortmann, a própria professora Maria Aparecida de Moraes, cujas pesquisas mostraram que as migrações nem sempre significam proletarização dos camponeses, mas muitas vezes ela é possibilidade, ela é uma estratégia de reprodução do campesinato. Por exemplo, o livro do Afrânio, *O Sul: caminho do roçado*¹¹, isso é brilhantemente analisado. Afrânio fez a pesquisa no final dos anos 1980 no Brejo Paraibano. Na minha pesquisa do anos 1990 que resultou no livro *Redes e Enredos nas trilhas dos migrantes*¹², eu tenho um diálogo direto com o Afrânio e com conclusões muito próximas a dele, e com o Parry Scott, antropólogo da Universidade Federal de Pernambuco, que também mostrou como a migração pode ser uma estratégia de reprodução camponesa. Então um primeiro ponto que acho que atravessa as nossas pesquisas e que tem um diálogo com temas chaves da questão agrária, da discussão do campesinato e dos trabalhadores rurais é esse.

¹¹ GARCIA JR., Afrânio Raul. *O Sul: caminho da roçado - estratégias de reprodução camponesa e transformação social*. São Paulo: Marco Zero, 1989.

¹² MENEZES. Marilda Aparecida de. *Redes e Enredos nas Trilhas dos Migrantes: um estudo de famílias de camponeses-migrantes*. Rio de Janeiro: Relume Dumará/João Pessoa: Ed. UFPB, 2002.

Poderíamos também falar de outros atravessamentos, por exemplo, poderíamos falar das experiências dos migrantes e possibilidades das reconversões dessas trajetórias através dos assentamentos rurais, das experiências de luta pela terra, dos acampamentos e conquistas da terra e as condições de assentados. Nós acompanhamos aqui e continuamos acompanhando até o momento, uma transformação que ocorreu no Brejo Paraibano, onde todos eram trabalhadores da usina Santa Maria, que possuía em torno de quatro mil hectares de cana e empregava quatrocentos a quinhentos moradores. A usina faliu no início dos anos 1990 e eles eram todos assalariados e com a falência da usina se inicia um movimento de luta pelos direitos trabalhistas e, posteriormente, se desdobrou em luta de desapropriação e pelo direito de ficar na terra, pelo direito de ter um lote para cada família e finalmente isso foi conquistado. Esses eram trabalhadores assalariados que estavam em uma condição de sujeição ao dono da usina e se transformam, ganham autonomia nos seus próprios termos: se livram da *sujeição*, através da conquista de um lote próprio.

Além disso, por exemplo, nós podemos ver inúmeras situações de acampados que se tornaram assentados, que eram trabalhadores que ficavam nas pontas de rua, nas periferias das cidades, que tinha uma trajetória de migrações, de deslocamentos; se nós formos observar em termos geracionais, muitas vezes são pessoas que já passaram por migrações, pai e mãe já migraram anteriormente, as pessoas sempre se deslocando, seja por falta de emprego, seja porque não tem terra para trabalhar e muitos já estão na condição urbana, nas periferias e retornam à terra. Em São Paulo, nós temos uma série de experiências de assentados que retornaram à terra depois de estarem já a algum tempo no trabalho urbano e morando nas periferias das cidades. Isso também nos mostra, por exemplo, que esse processo não é irreversível, tanto do ponto de vista das estratégias construídas pelos próprios trabalhadores e agricultores, como do ponto de vista também das suas lutas políticas, dos movimentos sociais, das suas lutas por terra ou por direitos, isso eu acho importante, então eu chamo a atenção para essas conquistas que são perpassadas pelas estratégias dos homens e mulheres, das famílias ou mediadas e articuladas nos movimentos do social. Ambas são experiências que reconstituem um modo de vida vinculado à terra. Contudo isso não quer dizer, de modo algum, que a gente tá falando sempre de uma possibilidade de recampesinização, claro, não há dúvida do assalariamento, da proletarização, os números mostram isso claramente, mas eu quero mostrar que esse processo é mais complexo,

existe também reveses, outras rotas, outros deslocamentos em termos de trajetórias, que questionam a tese da proletarização definitiva.

Em temas do mundo rural, eu pensando, por exemplo, ao longo das quatro décadas, nos anos 1980, eu estou falando aqui a partir do meu referencial, que é a Paraíba, os estudos de migração praticamente eram poucos, eu nesse período fui a única, outras pessoas estavam muito voltadas ao sindicalismo rural, os conflitos de terra. Em São Paulo a gente já via um grupo de pesquisadoras, Maria Aparecida de Moraes, Maria Conceição D'Incão, Vera Botta Ferrante e outras, que estavam voltadas às questões dos trabalhadores da cana. Nos anos 1990, com as lutas sociais, os acampamentos, as lutas por terra e a criação de assentamentos, nós temos uma explosão de estudos em torno da reforma agrária, dos acampamentos e dos assentamentos, isso foi uma marca muito forte dos anos 1990. Já no finalzinho dos anos 1990 e início dos anos 2000, com as mudanças dos governos, vemos uma explosão de pesquisas voltadas para políticas públicas e políticas de território. No caso das políticas públicas, eu queria pontuar aqui a importância do Bolsa Família e da Aposentadoria Rural como duas políticas públicas fundamentais para garantia de renda para as famílias do meio rural, por exemplo, no Alto Sertão, que eu acompanho a quarenta anos é uma mudança assim, a olhos nus, uma mudança fundamental no que vivíamos no início dos anos 1980 do que vivemos atualmente. Quando eu fiz a pesquisa de 1980-1984, foi o período de uma grande seca, o que tinha de política pública? Tinha a Frente de Emergência, se empregavam homens para construir estradas, açudes em propriedades privadas, fazer benfeitorias no município, e era um salário muito menor que o salário mínimo e também era uma dificuldade para conseguir o alistamento porque passava pelos controladores da política local, pelos vereadores, prefeitos e etc., e então, muitos ficavam de fora, na minha pesquisa tinham muitos relatos sobre isso. Então o que eu via? Eu vi muita pobreza nos anos de 1980, durante a seca, não só pobreza, mas fome, efetivamente a fome, eu chegava nas casas das famílias e olhava no fogão a lenha um caldeirão de feijão com um água transparente com alguns carochos de feijão e era aquilo que tinha para o almoço, isso mudou completamente depois das políticas públicas, da conquista do direito de aposentadoria dos trabalhadores rurais e com o Bolsa Família. Então, é uma outra realidade que nós vemos hoje no meio rural na Paraíba, que existe pobreza existe, mas eu não diria que se pode identificar tão claramente a fome, porque essas políticas, de fato, tem um efeito fundamental em aliviar essa necessidade primeira das famílias. Bom, então nos anos 2000 a gente viu

esse *boom* de políticas públicas e as pesquisas trabalhando essas questões e isso continua até hoje.

BCP: É interessante como sua trajetória e agenda de pesquisa, de certa forma, acompanharam os estudos e temas sobre o mundo rural da época.

MAM: Mas é parcial, existiram outros temas que perpassaram as Ciências Sociais Rurais nessas últimas quatro décadas. Há pesquisadoras e pesquisadores que já fizeram esse trabalho de história dos temas de pesquisa. Uma boa forma de compreender mais a fundo seria uma análise das Revistas como a *Raízes*, *Sociedade e Agricultura*, *Agrária* e *Cadernos CERU* e acho que com certeza existem trabalhos muito bem feitos que situam o histórico desses temas. Eu fui pontuando muito a partir da minha trajetória.

Além dos estudos de migração que se entrelaçam muito com os estudos sobre o rural, queria pontuar que eu dediquei um bom número de anos aos estudos sobre os assentamentos na Paraíba, com pesquisas coordenadas pelo Professor Moacir Palmeira e também por professores do Programa de Pós-Graduação de Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade, uma pesquisa sobre os impactos dos assentamentos, uma pesquisa desenvolvida no país todo, nós fizemos em várias regiões da Paraíba, Pernambuco e de Alagoas. A pesquisa do Brejo que fiz referência que era uma área de usina que foi desapropriada após entrar em falência.

Um outro grupo de pesquisas que é muito precioso para mim, em termos das discussões sobre as trajetórias e que envolve também o rural, são as pesquisas de memórias, memórias de infância, memórias de mulheres do campo, que eu quase não publiquei nada, preciso publicar, são coisas muito ricas, são narrativas de mulheres rurais que estão hoje com setenta a noventa anos, é uma pesquisa que foi feita nos anos 2000, nessa linha de trabalhar com as memórias como registro da experiência, registro do modo como elas pensam seus modos de vida e trabalho, mas não como registro da experiência, por que essa é a discussão justamente da memória, é um ponto de vista, uma interpretação sobre esse passado, é o modo como as pessoas narram sobre a sua experiência de vida no passado a partir do presente, não é propriamente o passado, mas é modo como elas lembram e narram sobre, essa é uma coisa que tem me interessado muito ultimamente já a alguns anos e é basicamente ao que tenho me dedicado ultimamente.

BCP: Um ponto que chama a atenção em seus estudos é o destaque dado às pequenas estratégias de resistência cotidiana dos trabalhadores rurais. Suas

discussões tomam como base as considerações de James C. Scott, contudo, não propriamente como uma teoria geral da resistência, mas uma interpretação das formas de resistência, ou seja, a noção de resistência só pode ser teorizada em sua especificidade, na observação do que se passa no cotidiano, nos aspectos mais ínfimos das relações sociais. A senhora poderia falar um pouco mais sobre como mobiliza este referencial, especialmente em seus estudos com trabalhadores rurais?

MAM: Meu encontro com o trabalho do Scott foi no doutorado, eu sempre digo que eu encontrei o Scott na *John Rylands University Library*, a biblioteca da Universidade de Manchester, a biblioteca tinha um sistema de busca maravilhoso, que até hoje nós não temos aqui um tão bom assim, você entrava com palavras chave, como resistência, organização sindical, trabalhadores da cana, por exemplo, apareciam duzentas, trezentas, quatrocentas referências na nossa mão, você entrava com uma palavras chave e vinha isso tudo, estava tudo catalogado, artigos, livros e se tivesse na Índia e não estivesse na biblioteca, a biblioteca mandava buscar, porque na época não era digital, eu fiz o doutorado de 1994 a 1997. E foi de repente nas buscas que eu encontrei o Scott e comecei a ler e veio muito no encontro do que eu estava preocupada e refletindo sobre os trabalhadores na cana, no caso em Pernambuco, que era minha pesquisa naquele momento. Um dos pontos que me intrigava era como o próprio movimento sindical via esses trabalhadores que vinham de fora. Desde a década de 1980 eu participo da Pastoral dos Migrantes, inicialmente era Centro de Estudos Migratórios, onde eu fui pesquisadora de 1984 a 1988, nesse período fundamos a *Travessia*¹³, também participei da organização inicial dos serviços da Pastoral do Migrante e quando eu retornei à Paraíba em 1988, eu fiquei vinculada nos primeiros anos como uma agente pastoral voluntária acompanhando esses grupos de migrantes.

Nas minhas inúmeras idas aos canaviais de Pernambuco conversando com os trabalhadores seja nos canaviais, seja nas suas casas, nos espaços onde eles residiam no Agreste Paraibano, eu sentia que eles não eram essas pessoas inconscientes, que iam lá e só queriam trabalhar, que não se juntavam às propostas sindicais e de mobilização dos sindicatos. A Federação dos Trabalhadores Rurais de Pernambuco tem uma história de ser uma Federação muito ativa, na verdade todos os sindicatos daquela região, muito ativos na luta pelos direitos desde a década de 1960. Quando eu encontrei o Scott, pensei: é por aí, é isso que eu estou buscando, uma forma, uma perspectiva teórica que me permitisse

¹³ Menezes refere-se a *Travessia: revista do migrante*, disponível em: <<https://revistatravessia.com.br>>.

ver que esses trabalhadores possuíam consciência, se eles não participavam do movimento sindical, isso não significava que eles eram despolitizados, que eles não possuíam consciência, então foi um achado. Eu comecei a me dedicar ao trabalho do Scott e incorporei muito na minha tese de doutorado, tentando dialogar com ele. Eu vou falar um pouco de como eu utilizei ele na tese e depois conto como fui incorporando Scott em outros trabalhos.

Na tese de doutorado a incorporação do Scott foi fundamental no trabalho etnográfico de observação do cotidiano da vida no alojamento. Na verdade, o trabalho nem foi feito diretamente por mim, porque eu não podia ficar no alojamento, morar lá, dormir. Eram duzentos homens. Nos domingos, uma pessoa com quem compartilhei a pesquisa desde a fase inicial, um agente da pastoral dos migrantes e depois ficou me auxiliando na pesquisa, sob a minha orientação, frequentava o espaço, ele escrevia os diários e ia me mandando as anotações, eu fiz etnografia no diálogo com ele, mas não estando lá direto, porque havia uma interdição para mulheres estarem lá. Mas Scott ajudou muito, porque a perspectiva que ele propunha dependia muito da forma como nós realizávamos a pesquisa, ele abriu nossos olhos para questões que possivelmente passariam despercebidas. Então era observar o cotidiano, o que se conversava e quem conversa com quem, para qual espaço as pessoas vão para conversar sobre determinadas coisas, longe dos chefes, no caso ali do administrador, do feitor; o espaço de lazer onde as pessoas vão para tentar escapar daquele cerco de controle das suas vidas no alojamento, as piadas que as pessoas faziam com uma linguagem dissimulada para se comunicar em um ambiente de extrema vigilância e vários outros exemplos que eu tentei trabalhar na tese e depois saiu o livro. A perspectiva do Scott foi decisiva na nossa prática de pesquisa, na forma de observar aquele cotidiano, os espaços, o trabalho, a moradia e a sociabilidade dos trabalhadores nos canaviais da Mata Norte de Pernambuco. Bom, aí você já está percebendo que, assim, não há um conceito de resistência cotidiana, como você mesmo pontuou na sua pergunta. Para James Scott, ela, a resistência, pode ser símbolos, linguagens, práticas, mas isso são motes, você tem que dizer que símbolos são esses, que práticas são essas e que linguagens são essas [risos]. A minha visão, o que eu entendo, é que é muito mais um recurso metodológico, James Scott está nos mostrando, não definindo propriamente, um caminho metodológico de como você deve observar resistência cotidiana e tudo vai depender de como nós vamos fazer a pesquisa, de como interpretamos o que observamos no campo. Não adianta na introdução dos nossos trabalhos colocar lá: resistência cotidiana nos termos de Scott, talvez nem precise citar, o que de fato nós temos

que fazer é praticar, no fazer da pesquisa a busca dessa resistência cotidiana, nos termos thompsonianos, precisamos mostrar a evidência histórica. Claro, Thompson é um historiador, ele trabalha com a ideia de evidência histórica, já o Scott é antropólogo e cientista político, ele trabalha com a ideia, efetivamente, de existência no modo como as pessoas estão vivendo ali no cotidiano, mas que também pode ser compreendido como evidência histórica, porque nos termos thompsonianos ele está se referindo a evidências de tempo passado, ele trabalha com documentos de cartórios, poemas antigos, processos criminais, como ele fez em *Senhores e Caçadores*¹⁴. No caso do Scott, pelo menos a pesquisa de maior fôlego dele, a que está no livro *Armas dos Fracos*¹⁵, é uma pesquisa antropológica, etnográfica, fundamentada em um largo trabalho de campo, em um convívio diário com as pessoas da comunidade, então eu diria isso, que não é um conceito, aí eu me apoio na perspectiva thompsonian, o modo como ele concebe os conceitos. Para Thompson, o conceito não é um modelo que você aplica sobre a realidade e nem algo que você cita e isso já seria suficiente para fundamentar o seu trabalho, ele define como um *conjunto de expectativas*. Então, por exemplo, se a gente pega o conceito de Economia moral, nós temos que mostrar com evidência histórica o que constitui economia moral para aquele grupo que nós estamos pesquisando, que valores, que referenciais de solidariedade, que noções de convivência são compartilhadas que podemos fundamentar como noção de economia moral. Por exemplo, se você está trabalhando uma experiência de comércio solidário, até tem algumas pessoas trabalhando economia solidária e trazendo Thompson para essa discussão, não basta só o nome solidário, você tem que efetivamente mostrar com as pessoas estão ali exercendo essa atividade econômica que possa ser compreendida através da noção de economia moral, então ela envolve uma troca, uma troca mercantil, mas também fundamentada em valores, em regras de reciprocidade, de respeito mútuo, para compartilhar ideias, então tudo isso tem que ser demonstrado. Então voltando a ideia thompsonian que o conceito não é modelo, não é um *a-priori*, assim como ele trabalha também a noção de classe, não é um *a-priori*, a classe é um conjunto de expectativas, ela se constitui no próprio fazer-se, na própria ação cotidiana de homens e mulheres, então na verdade a classe é resultado dessa ação de como os homens e mulheres vivem, pensam sobre sua vida, desenvolvem ações e lutam.

¹⁴ THOMPSON, Edward Palmer. *Senhores e caçadores: a origem da lei negra*. Trad. Denise Bottmann. Rio de Janeiro: Paz & Terra, 1987.

¹⁵ SCOTT, James C. *Weapons of the weak: everyday forms of peasant resistance*. New Haven and London: Yale University Press, 1985.

Voltando a Scott, eu diria que é muito importante que essa noção de resistência cotidiana seja entendida como um recurso metodológico, tanto para a pesquisa quanto para a interpretação, o modo como nós fazemos nossas análises. Além disso, ela é uma noção que ele construiu no livro *Armas dos Fracos*, uma etnografia de 1985, mas que ele vai desenvolver de modo mais sistemático no livro *Dominação e Artes da Resistência* de 1990¹⁶, em que ele constrói algumas outras noções que se desdobram da noção de resistência. É nesse livro que ele propõe a noção de discurso oculto e discurso público como desdobramentos da noção de resistência, mas novamente a noção de discurso público e discurso oculto também tem que ser um guia metodológico, ela precisa ser fundamentada na evidência empírica, quais são situações, eventos, linguagens, práticas, símbolos que nós poderíamos compreender como discurso oculto. O discurso público, eu não diria que seja mais simples, mas é um pouco mais fácil de observação, porque você vai trabalhar com eventos que têm visibilidade pública, como uma greve, pode observar quem está falando e quem não está, quem são as lideranças, as ações. Mas, um ato de sabotagem, botar fogo em um canal, por exemplo, esse é um discurso oculto, ou seja, é feito de modo a não se identificar seus autores. É uma estratégia de proteção dos que planejaram e realizaram a ação. Aí é até muito difícil de estudar, essa é uma questão metodológica muito complicada no conceito de resistência cotidiana. Aquelas práticas, símbolos, linguagens que remetem aos discursos ocultos não são facilmente identificados, então muitas vezes temos que observar nas entrelinhas, pelos *não ditos*, porque é a zona de proteção dos seus autores e autoras. Então, como pesquisadores e pesquisadoras, nós temos que respeitar essas expressões que são invisíveis e que podem colocar em risco a vida das pessoas. Um exemplo, estou me lembrando agora, eu faço essa leitura agora, depois que eu conheci a obra de James Scott, mas eu não fazia na época de 1980, relendo as entrevistas da década de 1980, é muito recorrente que os moradores que estavam em uma condição de sujeição ao dono da terra, quando eu perguntava: ‘seu patrão é bom’, na verdade eu não perguntava se o patrão é bom, porque é uma pergunta muito direcionada, eu perguntava: ‘como é seu patrão’, eles diziam: ‘não o meu é muito bom, o meu é ótimo, mas agora o fulano...’, eles relataram sobre uns três ou quatro e esses eram uns carrascos [risos]. Em outros termos, na perspectiva de Scott, isso é uma forma dissimulada de falar do próprio patrão, mas através dos outros [risos], ou também usar a terceira pessoa indefinida: fala-se, ouve-se, tudo assim indefinido,

¹⁶ SCOTT, James C. *Los dominados y el arte de la resistencia: discursos ocultos*. Cidade do México: Ediciones Era, 1990.

quando a gente sabe quem é autor, de quem está falando mas não pode se identificar a autoria, então muda para o indefinido, uma linguagem dissimulada. Relendo as entrevistas que realizei na década de 1980 tinha muitas dessas narrativas, era muito recorrente o uso de linguagem dissimulada como uma prática de resistência. Mas, eu não analisei na época, porque eu não tinha esse olhar que busca compreender os sentidos das dissimulações na linguagem. A narrativa, o que e como as mulheres e homens relatavam, era compreendida como uma expressão da realidade que eles viviam. Então, as noções de discurso oculto e público podem ser ferramentas frutíferas para avançarmos na compreensão de formas de resistência, nos termos tratados por James Scott no livro *Dominação e Artes da Resistência*.

Outra coisa que eu queria falar sobre isso, bem rapidinho, é que essa noção foi muito questionada no mundo acadêmico, sobretudo nos estudos agrários. Quando Scott lançou o livro em 1985, imediatamente houve muita crítica, e foi muito polêmico. Houve até um seminário promovido pelo *The Journal of Peasant Studies*, a Revista de Estudos Camponeses da Inglaterra, que chamou um grupo de africanistas, pesquisadores da Ásia, e muitos europeus para discutir o livro e publicaram um número da revista para debater o livro de modo muito crítico. Então você tem desde críticas mais ferrenhas como de autores de visão mais marxista ortodoxa, cujas perspectivas são centradas nas macroestruturas sociais, e até outros que achavam a perspectiva de Scott uma novidade e prometia ser frutífera. Então, foi muito polêmica a perspectiva que ele propôs e ele teve que responder a essas críticas a esse debate, nesse próprio número da *Revista de Estudos Camponeses*, que saiu em 1986, tem um artigo em que Scott tenta responder algumas das críticas, uma delas era a de que ele estava bagatelizando a noção de resistência, se a linguagem dissimulada era resistência, o que era resistência de fato? Então colocavam que perderia o sentido do que efetivamente seria resistência, em termos mais propriamente políticos. James Scott responde problematizando as críticas e dizendo o seguinte: ‘eu não faço hierarquias entre o que é resistência real e o que é resistência não-real, para mim todas são formas de resistência’; ou seja para ele são formas diferenciadas, então não se trata de hierarquizá-las, uma tem caráter político e outras têm caráter de reforçar dominação, reforçar o poder. Essas perspectivas mais estruturais entram um pouco nessa chave e ele problematiza isso indo mais a fundo e dizendo que não estava ali propondo diferenciações hierárquicas, mas como formas diferenciadas precisam ser pensadas em termos de sua eficácia, do seu efeito, em cada situação de dominação específica. Então você poderia perguntar: mas efetivamente,

essas microrresistências no ambiente de trabalho, seja na cana ou fabril tem alguma eficácia? Para responder a essa questão, é preciso examinar como as pessoas lidam com as relações de dominação, de modo a identificar eventos, linguagens, ações, práticas que possam ser interpretadas como resistência. A categoria social que James Scott se dedicou durante sua trajetória de pesquisa fora os camponeses no sudeste asiático, mas vários autores tem mobilizando a noção de resistência cotidiana para compreender categorias de trabalhadores diversos, assim como também estudos de mulheres.

BCP: Por fim, a senhora poderia comentar sobre suas pesquisas atuais, bem como sobre seus projetos futuros?

MAM: Como eu falei para você, eu estou muito envolvida com essa questão da memória há algum tempo. No início do anos 2000 passei alguns anos fazendo um trabalho com memórias de infância e de juventude das mulheres camponesas, mas não publiquei quase nada. Quando eu fui para UFABC em 2013, eu participei de um projeto coordenado pelo professor José Sérgio Leite Lopes do Museu Nacional que foi um projeto inter-institucional envolvendo a Universidade Federal do ABC, a Universidade de São Paulo, o Museu Nacional, a Universidade Federal da Paraíba e Universidade Federal de Campina Grande, foi um projeto que trabalhou com memórias de greves, de metalúrgicos e canavieiros, foi publicado até um livro¹⁷. Nos últimos dez anos eu tenho me dedicado às questões da memórias sejam de memórias de trabalhadores rurais, agricultores, seja de sujeitos que migraram para as regiões metropolitanas, seja daqueles que foram para os canaviais de São Paulo e de Pernambuco, como também as memórias dos que participaram em lutas sociais, das Ligas Camponesas, até saiu um livro¹⁸, que se originou de um Seminário que realizamos em 2006, ligado a um projeto coordenado pelo Professor Moacir Palmeira, um projeto chamado *Memória Camponesa*.

Esse trabalho de memória eu pretendo seguir trabalhando, meu projeto novo que estou iniciando agora, comecei ano passado e vou continuar, é um trabalho de memórias voltadas a uma metodologia que nós chamamos de “duração”. Estou retornando aos territórios de pesquisa depois de um certo tempo, então voltei ao Sertão depois de 30 anos, tentando reencontrar algumas pessoas e reencontrei, e entrevistando novas pessoas que participaram daquele

¹⁷ LOPES, José Sérgio Leite & HEREDIA, Beatriz (Orgs.). *Movimentos cruzados, histórias específicas*. Rio de Janeiro: Ed. UFRJ, 2019.

¹⁸ TARGINO, Ivan; MENEZES, Marilda; MOREIRA, Emilia; IENO NETO, Genaro; MARIANO NETO & BELARMINO; Porfírio, Waldir. *Memória camponesa: as ligas camponesas na Paraíba*. João Pessoa: UFPB/BS-CCTA, 2024.

mesmo movimento migratório nos anos de 1970, e agora eu estou retornando ao Agreste da Paraíba e já encontrei várias famílias que participaram da minha pesquisa do doutorado na década de 1990. Então minha pesquisa nova é com essas famílias, tanto para registrar as memórias e trajetórias delas desde o período dos anos de 1990, desde que elas foram cortadoras de cana, a maioria já está aposentada. Vamos também analisar as trajetórias da geração dos filhos e filhas, especialmente suas trajetórias educacionais, porque o que eu tenho observado é que com a ampliação do ensino público superior na estadual e nas federais na Paraíba, tem aumentado as oportunidades para filhos de agricultores, cortadores de cana. Já encontrei várias filhas formadas, professoras e outras profissionais de outras profissões, então eu estou muito interessada em trabalhar com as trajetórias dos cortadores de cana da década de 1990, mas também dos seus filhos e filhas, para observar as alterações ou continuidades dessas trajetórias, assim como você tem como alterações educacionais que são reconversões, também há continuidades, filhos que continuam trabalhando na terra, se dedicando ao roçado e, eu tenho uma preocupação de discutir a noção de trajetória com as várias perspectivas e uma ideia que nos orienta é do entrecruzamento entre as trajetórias dos indivíduos e as trajetórias sociais. Sem dúvida, Bourdieu está correto naquele texto *A ilusão biográfica*¹⁹, mas eu também quero compreender e mostrar que existem diferenciações nessas trajetórias sociais, existem singularidades, elas são perpassadas pelas condições objetivas, pelas possibilidades de emprego no local e em outros locais, acesso à educação, acesso a políticas públicas, elas estão atravessadas por essas condições estruturais e objetivas, mas também estão atravessadas pelas ações dos sujeitos, ações das mulheres e dos homens, que com determinação conseguem seguir para a universidade, se tornam professores, advogados e apesar das condições adversas lutam para alterar essas linearidades das trajetórias e, como diz Daniel Bertaux, transformando destinos sociais. Essa é a pesquisa que eu quero me dedicar nos próximos anos.

BCP: Muito obrigado pela entrevista, Profa. Menezes!

Referências:

Bourdieu, Pierre. A ilusão biográfica. In: Ferreira, Marieta de Moraes & Amado, Janaína. *Usos e abusos da História Oral*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 2006. p. 183-191.

¹⁹ BOURDIEU, Pierre. A ilusão biográfica. In: FERREIRA, Marieta de Moraes & AMADO, Janaína. *Usos e abusos da História Oral*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 2006. p. 183-191.

- Garcia Jr., Afrânio Raul. *O Sul: caminho da roçado* - estratégias de reprodução camponesa e transformação social. São Paulo: Marco Zero, 1989.
- Lopes, José Sérgio Leite & Heredia, Beatriz (Orgs.). *Movimentos cruzados, histórias específicas*. Rio de Janeiro: Ed. UFRJ, 2019.
- Meillassoux, Claude. *Mujeres, graneros y capitales*. Trad. Ricardo Pozas Horcasitas & Oscar del Barco. Madri: Siglo XXI de España Editores, 1999.
- Menezes, Marilda Aparecida de. Da Paraíba pra São Paulo e de São Paulo pra Paraíba: migração, família e reprodução da força de trabalho. Dissertação (Mestrado em Sociologia Rural), João Pessoa: Universidade Federal da Paraíba - UFPB, 1985.
- Menezes, Marilda Aparecida de. *Redes e Enredos nas Trilhas dos Migrantes: um estudo de famílias de camponeses-migrantes*. Rio de Janeiro: Relume Dumará/João Pessoa: Ed. UFPB, 2002.
- Menezes, Marilda Aparecida de & Santos Junior, Jaime. *Tecendo vidas e sonhos. História oral de agricultores (as) do Sertão Paraibano e Trabalhadores (as) do ABC Paulista*. São Paulo: Paco Editorial, Campina Grande: Ed.UEPB, 2023.
- Mills, Wright. “Do artesanato intelectual”. In: Mills, Wright. *Imaginação Sociológica*. Tad. Waltensir Dutra. Rio de Janeiro: Zahar Editores. p. 211-244.
- Pereira, Bruno César. Na contramão do memoricídio: ‘Vozes e Memórias’ de vidas talhadas com as mãos: entrevista com Maria Aparecida de Moraes Silva. *Estudos Sociedade e Agricultura*, v. 32 n. 1, 2024.
- Scott, James C. *Weapons of the weak: everyday forms of peasant resistance*. New Haven and London: Yale University Press, 1985.
- Scot, James C. *Los dominados y el arte de la resistencia: discursos ocultos*. Cidade do México: Ediciones Era, 1990.
- Targino, Ivan; Menezes, Marilda; Moreira, Emilia; Ieno Neto, Genaro; Mariano Neto & Belarmino; Porfírio, Waldir. *Memória camponesa: as ligas camponesas na Paraíba*. João Pessoa: UFPB/BS-CCTA, 2024.
- Thompson, Edward Palmer. *Senhores e caçadores: a origem da lei negra*. Trad. Denise Bottmann. Rio de Janeiro: Paz & Terra, 1987.

Artigo recebido para publicação em 24/11/2024 e aprovado em 20/05/2025.